RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 22 de Novembro de 2026

Desafios socioambientais do Brasil/ Por Joacy Silva

Opinião

Redação

O meio ambiente é um bem coletivo, patrimônio de toda a humanidade e responsabilidade de todos. Quem possui uma parte é apenas para administrá-la em benefício de todos... Sobre toda propriedade particular pesa sempre uma hipoteca social, para que os bens sirvam ao destino geral que Deus lhes deu... Não há duas crises separadas, uma ambiental e outra econômica, política ou social, mas uma única e complexa crise SOCIOAMBIENTAL. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza". Papa Francisco, Encíclica Laudato Si, 2015, itens 95, 93, 139.

Dia desses, ao participar de uma reunião virtual com várias pessoas de diferentes estados do Brasil, onde o objeto das reflexões era a pobreza e o imediatismo dos discursos e debates políticos/eleitorais, não apenas no Estado de Mato Grosso, mas em todos os demais estados, pelo menos naqueles de onde os participantes da reunião virtual vinham, vale dizer, de todas as regiões e biomas brasileiros.

Esta pobreza da visão de candidatos, candidatas e também de governantes que buscam a reeleição pode ser observada pela superficialidade e improvisação das chamadas "narrativas", propostas do que e como atuarão, caso sejam eleitos ou reeleitos, para definirem políticas públicas, programas e implementarem suas propostas em termos de recursos orçamentários, incluindo o PPA – Plano Plurianual; a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e a LOA – Lei Orçamentária Anual. Isto, em relação à gestão federal e também às gestões estaduais.

Ao invés de aprofundarem em termos de propostas, com mais detalhes, diante dos problemas e desafios, digamos, no caso, socioambientais, as discussões têm sido voltadas para muita mediocridade e temas voltados à chamada "pauta de valores", como questões éticas (corrupção) ou religiosas.

No caso da corrupção, este é um tema a ser tratado pela polícia, em princípio, pois governante e gestor público corrupto e seus asseclas do setor empresarial, já de há muito deveriam ser impedidos de concorrer a cargos públicos ou receber financiamento ou acesso a recursos públicos, deveriam estar mesmo já na cadeia, como já aconteceu com inúmeros políticos por este Brasil afora e tem muita gente corrupta solta ainda.

O tempo destinado à propaganda eleitoral ou aos debates, principalmente no rádio, TV e outros meios e veículos de comunicação, deveria ser utilizado tanto por candidatos/candidatas e respectivos partidos políticos, para aprofundarem as reflexões e propostas para a nova gestão que se avizinha, para o novo período governamental federal e estaduais (2027 – 2030), ou seja, um planejamento de médio prazo, na duração de um mandato, mas inserido em uma visão de longo prazo, pelo menos mais um ou dois mandatos.

Países, por exemplo, como a China, que pautam seu desenvolvimento por planos quinquenais, avaliados e reajustados a cada cinco anos, com objetivos e metas definidos e indicando as origens dos recursos a serem investidos, dentro de uma visão de prioridades, têm demonstrado resultados fantásticos.

Por exemplo, basta conferir em dados sociais e econômicos disponíveis, a China, a Índia, a Coreia do Sul e o Brasil ostentavam, praticamente, os mesmos índices de população analfabeta, índices de escolaridade média semelhantes, índices de desenvolvimento científico e tecnológico praticamente iguais, déficit de moradias, população vivendo em situação de pobreza, dependência externa e tantos outros indicadores.

Hoje, ao compararmos o Brasil com esses países, não apenas em relação ao PIB – Produto Interno Bruto, mas principalmente PIB per capita, índices de desigualdade de renda e de concentração de renda, de dependência externa, principalmente no que concerne à dependência científica e tecnológica, e inúmeros outros indicadores, percebemos que estamos bem longe do patamar de desenvolvimento alcançado por aqueles países.

Continuamos exportando matérias-primas, minérios, madeira, enfim, commodities: ou seja, mercadorias primárias produzidas em larga escala que fornecem matéria-prima para diferentes países mundo afora. Seus principais tipos são: agrícola, pecuário, mineral e ambiental e, em retorno, importamos produtos acabados, principalmente fruto do desenvolvimento educacional, científico e tecnológico dos países que estão muito à frente, mais “avançados” do que o Brasil, incluindo os três mencionados anteriormente.

Como não desenvolvemos nossa capacidade e níveis significativos de industrialização, ficamos com os passivos ambientais e uma grande dependência científica e tecnológica.

A “nossa” falta de visão estratégica de longo prazo e o descaso em relação ao planejamento tanto nacional quanto regional, estadual e municipal demonstram o nível de mediocridade de nossas elites governantes e também empresariais, associadas a tais governantes medíocres, decorre da “qualidade” dessas elites, cujo compromisso não é com o país ou os estados federados ou os municípios, mas sim com seus interesses particulares e de grupo imediato, seja familiar ou econômico e financeiro.

Por isso, é impossível identificar preocupação ou propostas voltadas ao equacionamento dos grandes desafios e problemas socioambientais como a questão da crise climática, as desigualdades regionais, setoriais e

sociais, os déficits de habitação popular digna, de educação de qualidade, substituída por propostas irrelevantes como as escolas cívico-militares, como se a qualidade do ensino público fosse apenas o problema da falta de disciplina e o “bullying”, quando, na verdade, o problema é a falta de uma política educacional que destine mais recursos orçamentários para escola de tempo integral em todos os níveis, com professores valorizados salarialmente, profissionalmente, com recursos técnicos e tecnológicos para permitir o desenvolvimento da capacidade crítica e criadora de alunos e professores, aprofundar as pesquisas e a extensão.

De forma semelhante, mesmo que o SUS represente um certo avanço em relação à qualidade da saúde pública, ainda estamos longe de atingirmos um patamar de serviços de saúde que represente o respeito à dignidade dos usuários. Não tem sentido a morosidade de diversos setores, cujo exemplo são as filas para tratamentos mais complexos, consultas e exames com especialistas, cuja “fila” física e virtual, neste último caso que às vezes dura anos, e tantas outras mazelas.

A precariedade da situação do abastecimento de água, de esgotamento sanitário e o cuidado correto com os resíduos sólidos (lixo), principalmente nos centros urbanos maiores e regiões metropolitanas, diante da degradação de rios, córregos, enfim, bacias hidrográficas inteiras, que já se transformaram em esgotos a céu aberto.

O desmatamento em todos os biomas, as queimadas, o uso abusivo e criminoso de agrotóxicos e de mercúrio que envenenam nossos alimentos e a saúde das pessoas e de animais, decorrentes da poluição do ar, das águas e dos solos, que estão degradando todos os biomas brasileiros, mas principalmente a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal, acontece diante do olhar maquiavélico e “complacente” de nossas elites políticas e econômica/financeira e também diante da omissão, com raras exceções, dos organismos de controle e fiscalização, a maioria sucateados por esses mesmos governantes.

É contra tudo isso que a população precisa desenvolver sua capacidade crítica, sua indignação e não deixar-se envolver pelo canto da sereia, falsas promessas, demagogia, “fake news”, enfim, diante da mediocridade, oportunismo e fisiologismo que são as marcas registradas de uma elite corrupta e corruptora que de há muito tem “sequestrado” a verdadeira política, conspurcando a soberania nacional e a verdadeira cidadania.

Votar, escolher candidatos/candidatas, futuros governantes é importante, mas, mais importante é acompanhar o desempenho dos governantes, tanto eleitos para os Poderes Executivo e Legislativo, quanto designados, no caso do Poder Judiciário, que passa por uma ou talvez a maior crise institucional e ética/moral da história do Brasil.

Por que a população precisa fiscalizar, indignar-se contra todos esses desvios de conduta e de propósitos? Por uma simples razão: é o povo que, com seus impostos, taxas, paga a conta tanto de uma gestão pública eficiente, transparente, ética, eficaz e efetiva, mas, também, lamentavelmente, os privilégios e a corrupção que já tomou conta de boa parte da “máquina” pública nos três poderes e nos três níveis de governo.

O Brasil e nossos estados e municípios existem para muito além das eleições, por isso, a alienação e a omissão da opinião pública, das organizações populares, acabam contribuindo para o agravamento desta triste realidade.

Elites políticas e econômicas medíocres, corruptas e oportunistas destroem qualquer país e a história está repleta de exemplos de como muitos países passaram ou ainda passam por esta situação.

Pense nisso antes e depois de votar!

Juacy da Silva é professor fundador, titular e aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso